

QUE LIÇÕES PARA MOÇAMBIQUE?

África do sul anuncia Fundo Soberano de 30 mil milhões de rands



Crédito: Etebororo.org

O Governo da África do Sul anunciou que vai criar um Fundo Soberano de 30 bilhões de rands, equivalentes a 2 mil milhões de dólares. Para financiar o Fundo Soberano, a África do Sul vai recorrer aos royalties de petróleo, gás e minerais, receitas de alocação do espectro, venda de activos estatais não essenciais e as reservas do Estado.

O anúncio foi feito na quarta-feira, 27 de Fevereiro, pelo Ministro das Finanças, Tito Titus Mboweni, durante a apresentação do Orçamento de Estado para 2020 no Parlamento sul-africano.

“O Fundo de Riqueza Soberana é uma impor-

tante ferramenta de longo prazo para economizar e investir para as gerações futuras. Também pode contribuir para fortalecer o quadro fiscal. Também pode contribuir para fortalecer o quadro fiscal. Precisamos aprender a economizar nos bons tempos. Isso irá garantir que continuemos a investir nas gerações futuras deste país de uma maneira fiscalmente prudente”, disse o Ministro das Finanças sul-africano, citado pela Blomberg.

O anúncio da criação do Fundo Soberano surge numa altura em que a África do Sul luta contra o aumento do endividamento público, fraco desempenho económico (o PIB cresceu abaixo de 1% nos

últimos 4 anos) orçamento deficitário que este ano deverá aumentar para 6,8%, o maior défice dos últimos 30 anos.

Entretanto, o Ministro das Finanças da África do Sul não precisou a data em que o projecto de lei de criação de Fundo Soberano será submetido ao

Parlamento. Depois Os 2 mil milhões de dólares propostos pelo Executivo de Cyril Ramaphosa para o Fundo Soberano de uma das maiores economias de África estão 200 milhões abaixo dos 2,2 mil milhões de dólares das dívidas ocultas contraídas pelo Governo de Armando Guebuza.

Primeiros passos a criação de Fundo Soberano em Moçambique



Foto família feita após a abertura do seminário sobre Fundo Soberano, em Março de 2019

Em Moçambique, a ideia de criação de Fundo Soberano financiado pelas receitas de produção e exportação do gás natural começou a ser discutida em 2016, seis anos depois da descoberta de reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, estimadas em 277 triliões de pés cúbicos. A fase de produção e exportação arranca em 2022 através do Projecto Coral Sul FLNG, liderado pela petrolífera italiana Eni. Mas Moçambique só irá entrar na lista dos 10 maiores produtores de LNG do mundo quando iniciar a produção nos dois projectos mais estruturantes, nomeadamente Mozambique LNG, liderado pela francesa Total, e Rovuma LNG, liderado pela americana ExxonMobil.

Estimativas mais optimistas indicam que Moçambique vai arrecadar pelo menos 95 mil milhões de dólares (seis vezes o PIB) durante a vida útil dos projectos da bacia do Rovuma, avaliado em 25 anos. O grande desafio que se coloca é como garantir uma gestão transparente e inclusiva das receitas do

gás e assegurar que o dinheiro beneficie a todos os moçambicanos, incluindo as gerações futuras. Por outras palavras, o desafio consiste em identificar o melhor mecanismo de poupança das receitas do gás natural e, ao mesmo tempo, definir os critérios de alocação anual de uma percentagem das receitas para o Orçamento de Estado com vista a financiar as áreas sociais e de infra-estruturas públicas.

Num país com histórico de falta de transparência na gestão de fundos públicos e com duvidosos processos de distribuição da riqueza nacional, o processo de criação de Fundo Soberano deve ser informado de um debate público amplo e inclusivo para evitar que Moçambique volte a cometer os mesmos erros do passado.

Neste momento, o processo é liderado pelo Banco de Moçambique que, nos dias 27 e 28 de Março de 2019, organizou, em parceria com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o "Seminário de Alto Nível sobre Fundos Soberanos", que marcou o iní-

cio oficial das discussões sobre o modelo a adoptar no país. Além de quadros do Banco Central e do FMI, o seminário “Preparando Moçambique para a Era do Gás Natural” contou com a participação do Presidente da República, membros do Governo, deputados e representantes dos bancos centrais do Reino da Noruega, Trinidad e Tobago e Botswana. Os três países apresentaram as suas experiências na gestão de receitas provenientes da indústria extractiva, com destaque para o Reino da Noruega que detém o maior Fundo Soberano do mundo, avaliado em mais de três triliões de dólares.

Na verdade, Moçambique conta com o apoio do Reino da Noruega no processo de constituição do Fundo Soberano. Durante a visita oficial ao Reino

da Noruega em Novembro de 2018, Filipe Nyusi, acompanhado por membros do Governo e pelo Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, reuniu com Oystein Olsen, governador do Banco Central norueguês, a instituição que faz a gestão operacional do Fundo Soberano da Noruega. Quando desembarcou em Maputo, Nyusi anunciou a realização de um seminário sobre a criação do Fundo Soberano e deixou claro que a Noruega estava disposta a apoiar o Banco de Moçambique nesta matéria. Quatro meses depois, Oystein Olsen estava em Maputo a participar do evento e a partilhar a experiência do Banco Central da Noruega na gestão do maior Fundo Soberano do mundo.

Sociedade civil exige um debate público e inclusivo sobre criação de Fundo Soberano

Tratando-se de um assunto que mexe com o futuro da Nação, era expectável que o Banco de Moçambique, instituição que lidera o processo, promovesse um debate aberto e inclusivo às instituições académicas e às organizações da sociedade civil. Mas a verdade, porém, é que não há um debate inclusivo e tudo indica que o Governo e o Banco Central vão optar por um modelo de Fundo Soberano pouco informado de uma discussão pública e abrangente.

O “Seminário de Alto Nível sobre Fundos Soberanos” realizado em Março de 2019 decorreu à porta fechada e a imprensa foi apenas permitida captar o discurso de abertura feito pelo Presidente da República. Filipe Nyusi defendeu, na ocasião, que “o Fundo Soberano deverá funcionar de forma independente, financeira e operacionalmente, com transparência, previsibilidade e no mais restrito cumprimento da lei”. Entretanto, a falta de abertura para um debate inclusivo é já um sinal da falta de transparência no processo que irá culminar com a escolha de modelo para a

constituição de Fundo Soberano.

Depois do seminário organizado em parceria com o FMI, o Banco Central “ensaiou” um debate público sobre Fundo Soberano através da realização das XI Jornadas Científicas de Junho, cujo tema era “Fundos Soberanos em Moçambique: Oportunidades e Desafios”. Entretanto, de lá para cá o silêncio e o secretismo tem caracterizado a postura do Banco de Moçambique em relação aos preparativos para a criação do Fundo Soberano.

Aliás, em Agosto de 2019, seis organizações da sociedade civil, incluindo o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), escreveram uma carta na qual acusavam o Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, de ignorar vários pedidos para participação nos debates sobre a criação de

Fundo Soberano.

Num passado recente, a arrogância de quem detém o poder executivo e a falta de transparência levou à contratação de dívidas no valor de 2,2 mil milhões de dólares sem, no mínimo, solicitar a

O “Seminário de Alto Nível sobre Fundos Soberanos” realizado em Março de 2019 decorreu à porta fechada e a imprensa foi apenas permitida captar o discurso de abertura feito pelo Presidente da República.

avaliação da Assembleia da República. Como consequência, milhões de moçambicanos vivem em condições inimagináveis de pobreza devido ao “bloqueio” da economia causado pelo maior escândalo financeiro que contou com o aval do Banco de Moçambique, à época dirigido por Ernesto Gove.

Mas ao que tudo indica parece que a lição não foi aprendida. O novo Governador do Banco Central parece interessado em “reeditar” o filme da falta de transparência e de inclusão, desta vez nos debates sobre a criação de Fundo Soberano, uma instituição importantíssima na gestão das receitas do gás tão necessárias para o presente e o futuro dos moçambicanos.

Além da falta de debate público, outra questão que se levanta é a aparente falta de coordenação entre as instituições do Estado. Por exemplo, o Banco Central não comunica com os ministérios relevantes no assunto, nomeadamente Ministério da Economia e Finanças e Ministério dos Recursos Minerais e Energia. Por sua vez, os dois ministérios raramente dialogam e não promovem discussões conjuntas sobre o processo de criação de Fundo Soberano. À falta de comunicação institucional, acresce-se a comprovada fraca capacidade técnica interna dos ministérios para discutir com propriedade questões relacionadas com as melhores práticas internacionais de gestão de um Fundo Soberano.

Fundo Soberano será a melhor opção para Moçambique?

Experiências internacionais bem-sucedidas mostram como o Fundo Soberano pode ser a melhor forma de gerir receitas provenientes da indústria extractiva. Em economias subdesenvolvidas como é o caso da moçambicana, o Fundo Soberano pode ser a solução para o problema decorrente da incapacidade de absorção interna das receitas de gás natural. É consensual que uma entrada massiva de receitas acima da capacidade de absorção da economia pode precipitar um aumento de consumo e, consequentemente, uma pressão inflacionária.

A entrada massiva de recursos financeiros pode ainda resultar na sua utilização desregrada para financiar despesas questionáveis ou iniciativas sem impacto económico e social na vida da população. O Fundo Soberano pode impor disciplina e rigor na utilização das receitas de gás natural, evitando, deste modo, desequilíbrios sociais.

O Fundo Soberano pode funcionar como uma opção estratégica para proteger a economia do impacto da volatilidade dos preços das matérias-primas no mercado internacional, incluindo do gás natural. E porque o gás natural é um recurso esgotável, o Fundo Soberano pode ajudar a preservar a riqueza acumulada durante a vida útil dos projectos de gás natural para as futuras gerações.

Apesar destas e outras vantagens da institucionalização do Fundo Soberano, é importante questionar a sua pertinência em Moçambique por várias razões, desde logo pela dúvida se a Bacia do Rovuma vai gerar receitas que justifiquem a criação de um mecanismo de poupança. Não obstante as estimativas mais optimistas apontarem para receitas no valor 95 mil milhões de dólares, não é líquido



Filipe Nyusi discursando na abertura do seminário sobre Fundo Soberano

que esse todo dinheiro que vai entrar nos cofres do Estado. Os custos operacionais das companhias petrolíferas vão disparar devido aos ataques terroristas que ocorrem nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado, desde Outubro de 2017. Para assegurarem a continuidade das suas operações, as companhias estão a investir em questões de segurança para proteger os seus colaboradores e infra-estruturas.

Mesmo admitindo que a entrada de receitas previstas, o seu impacto na vida da população será retardado pelo pagamento das dívidas ocultas, situação agravada pelo incumprimento de Moçambique. Estes cenários devem ser tomados em consideração nos debates para avaliar se a melhor opção é criar um Fundo Soberano para poupar receitas de gás natural ou é direccionar as receitas para o investimento público com objectivo de di-

versificar a economia e melhorar as condições de vida da população.

Outra questão que suscita dúvidas é como é que o Governo vai garantir uma gestão transparente do Fundo Soberano, num país onde as instituições de Estado são usadas como fontes de financiamento da Frelimo e do enriquecimento ilícito das elites predadoras ligadas ao partido no poder.

À excepção da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), não há exemplos de boa gestão de instituições públicas, sobretudo aquelas que movimentam muito dinheiro. O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) é exemplo de verdadeiro "saco azul": o saque das poupanças de milhares de trabalhadores pobres é feito através de pagamentos ilícitos, sobrefacturação e de investimentos imobiliários duvidosos.

As empresas públicas ou maioritariamente participadas pelo Estado também são usadas para o financiamento criminoso da Frelimo e dos seus dirigentes. A Petróleos de Moçambique (PETRO-MOC), Aeroportos de Moçambique (ADM), Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) e Electricidade de Moçambique (EDM) são exemplos de empresas em falência técnica e cuja sobrevivência é patrocinada pelo Governo através da emissão de garantias de Estado para o assegurar o seu financiamento. Parte do dinheiro é usado para pagar despesas do partido no poder, incluindo para assegurar o transporte gratuito dos dirigentes da Frelimo; o abastecimen-

to em combustível das viaturas dos dirigentes da Frelimo e outras de propaganda político partidária.

Por isso, há um risco maior de o Fundo Soberano vir a ser usado como fonte de enriquecimento ilícito dos dirigentes da Frelimo e de financiamento partidário.

No caso angolano, por exemplo, José Eduardo dos Santos nomeou o filho José Filomeno dos Santos para PCA do Fundo Soberano de Angola, criado em 2012 e cujos activos estavam avaliados em 5 mil milhões. Além do nepotismo barroco, a indicação do filho do Presidente da República resultou no desvio de 3 mil milhões de dólares do Fundo Soberano. Quando João Lourenço chegou ao poder e desencadeou uma luta contra corrupção, o filho do antigo Estadista angolano ficou detido durante seis meses por crimes de corrupção praticados enquanto PCA do Fundo Soberano. José Filomeno dos Santos foi restituído à liberdade depois de o Estado angolano recuperar os 3 mil milhões de dólares que tinham desviados e depositados em bancos do Reino Unido e das Maurícias.

Casos como este podem ocorrer em Moçambique, outro país onde reina a impunidade e os governantes usam a sua posição para acumular riqueza ilícita. Aliás, a "família presidencial" já está a expandir exponencialmente o seu império empresarial, tendo triplicado o número de empresas em relação ao período anterior à chegada de Filipe Nyusi à Ponta Vermelha.




INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: João Nhabanga Tinga
Autor: João Nhabanga Tinga

Equipa Técnica: João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



COUNTERPART
INTERNATIONAL



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

